

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 15.452, de 30 de junho de 2026 Publicada no DOU de 1 jul. 2026	Acrescenta art. 326-C à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.
Lei nº 15.451, de 30 de junho de 2026 Publicada no DOU de 1 jul. 2026	Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), para priorizar o abastecimento de alimentos à rede de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar e a seus dependentes.
Lei nº 15.450, de 30 de junho de 2026 Publicada no DOU de 1 jul. 2026	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.
Lei nº 15.442, de 26 de junho de 2026 Publicada no DOU de 29 jun. 2026	Altera a Lei nº 14.308, de 8 de março de 2022, para instituir campanhas de conscientização sobre os sintomas dos principais tipos de câncer infantil para permitir seu diagnóstico precoce.
Lei nº 15.440, de 26 de junho de 2026 Publicada no DOU de 29 jun. 2026	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 (Lei de Vigilância Sanitária sobre Produtos Farmacêuticos), para exigir a comprovação da certificação em Boas Práticas de Fabricação (BPF) no registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de fabricação nacional ou estrangeira.
Lei nº 15.439, de 26 de junho de 2026 Publicada no DOU de 29 jun. 2026	Dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
Lei nº 15.438, de 18 de junho de 2026 Publicada no DOU de 19 jun. 2026	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Lei nº 15.437, de 18 de junho de 2026 Publicada no DOU de 19 jun. 2026	Altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, para dispor sobre o prazo de identificação de terrenos marginais, terrenos de marinha e seus acrescidos.
Lei nº 15.436, de 17 de junho de 2026 Publicada no DOU de 18 jun. 2026	Institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação; cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação; e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.
Lei nº 15.432, de 13 de junho de 2026 Publicada no DOU de 14 jun. 2026	Institui o marco legal do transporte público coletivo urbano; e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Lei nº 15.430, de 10 de junho de 2026 Publicada no DOU de 11 jun. 2026	Institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.
Lei nº 15.428, de 5 de junho de 2026 Publicada no DOU de 5 jun. 2026	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
Lei nº 15.426, de 3 de junho de 2026 Publicada no DOU de 8 jun. 2026	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.
Lei nº 15.425, de 3 de junho de 2026 Publicada no DOU de 8 jun. 2026	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime o exercício ilegal da medicina veterinária.
Lei nº 15.423, de 3 de junho de 2026 Publicada no DOU de 8 jun. 2026	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação, no programa A Voz do Brasil, de informações sobre os serviços das redes de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres.
Lei nº 15.415, de 25 de maio de 2026 Publicada no DOU de 26 maio 2026	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre prazo para concessão de salário-maternidade pago diretamente pela Previdência Social.
Lei nº 15.413, de 21 de maio de 2026 Publicada no DOU de 22 maio 2026	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.
Lei nº 15.412, de 20 de maio de 2026 Publicada no DOU de 21 maio 2026	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência em geral e estipular que aquelas de natureza cível constituem título executivo judicial de pleno direito e dispensam propositura de ação principal.
Lei nº 15.411, de 20 de maio de 2026 Publicada no DOU de 21 maio 2026	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir, como causa de afastamento do agressor, o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes.
Lei nº 15.410, de 20 de maio de 2026 Publicada no DOU de 21 maio 2026	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória; e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei dos Crimes de Tortura), para prever como modalidade de tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica e familiar.
Lei nº 15.407, de 11 de maio de 2026 Publicada no DOU de 12 maio 2026	Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica.
Lei nº 15.403, de 8 de maio de 2026 Publicada no DOU de 11 maio 2026	Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e altera a Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, para dispor sobre o apoio às iniciativas da sociedade organizada no âmbito do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).
Lei nº 15.402, de 8 de maio de 2026 Publicada no DOU de 8 maio 2026	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Lei nº 15.399, de 4 de maio de 2026 Publicada no DOU de 5 maio 2026	Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários; estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dá outras providências.
Lei nº 15.397, de 30 de abril de 2026 Publicada no DOU de 4 maio 2026	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de majorar as penas previstas para os crimes de furto, roubo, estelionato, receptação, receptação de animal e interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, bem como para tipificar os crimes de receptação de animal doméstico e de fraude bancária.
Lei nº 15.394, de 22 de abril de 2026 Publicada no DOU de 23 abr. 2026	Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de autorizar o creditamento da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas aquisições de determinados materiais, em consonância com o disposto no inciso II do caput do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, bem como de isentar dessas contribuições a venda de desperdícios, resíduos e aparas que especifica.
Lei nº 15.392, de 16 de abril de 2026 Publicada no DOU de 17 abr. 2026	Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável.
Lei nº 15.391, de 15 de abril de 2026 Publicada no DOU de 16 abr. 2026	Dispõe sobre medidas excepcionais destinadas ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública aplicáveis às parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
Lei nº 15.390, de 15 de abril de 2026 Publicada no DOU de 16 abr. 2026	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para instituir ajuda de custo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) que necessita realizar tratamento de saúde fora do Município onde reside.
Lei nº 15.387, de 13 de abril de 2026 Publicada no DOU de 14 abr. 2026	Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para estabelecer a inscrição de programas de treinamento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como requisito para caracterização de organização esportiva formadora de atletas.
Lei nº 15.385, de 10 de abril de 2026 Publicada no DOU de 13 abr. 2026	Altera a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, para dispor sobre princípios e diretrizes para o desenvolvimento e regulação sanitária de novas tecnologias contra o câncer.
Lei nº 15.384, de 9 de abril de 2026 Publicada no DOU de 10 abr. 2026	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever a violência vicária entre as formas de violência doméstica e familiar, criar o tipo penal do vicaricídio e incluí-lo no rol dos crimes hediondos.
Lei nº 15.383, de 9 de abril de 2026 Publicada no DOU de 10 abr. 2026	Altera as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 14.899, de 17 de junho de 2024, para estabelecer a monitoração eletrônica de agressores como medida protetiva autônoma e os critérios de prioridade para a monitoração eletrônica de agressores, prever causa de aumento de pena no crime de descumprimento de medida protetiva e dispor sobre campanhas e diretrizes orçamentárias.

Lei nº 15.380, de 6 de abril de 2026 Publicada no DOU de 7 abr. 2026	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.
Lei nº 15.379, de 6 de abril de 2026 Publicada no DOU de 7 abr. 2026	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e nas diretrizes terapêuticas do câncer.
Lei nº 15.378, de 6 de abril de 2026 Publicada no DOU de 7 abr. 2026	Institui o Estatuto dos Direitos do Paciente.
Lei nº 15.377, de 2 de abril de 2026 Publicada no DOU de 6 abr. 2026	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 232, de 26 de junho de 2026 Publicado no DOU de 29 jun. 2026	Estabelece condições à concessão de isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para fatos geradores relacionados à organização ou à realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027.
Lei Complementar nº 231, de 16 de junho de 2026 Publicado no DOU de 17 jun. 2026	Dispõe sobre regras relativas a benefícios tributários e despesas obrigatórias no exercício de 2026Altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para permitir que as cooperativas sejam beneficiárias dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).
Lei Complementar nº 230, de 15 de abril de 2026 Publicado no DOU de 16 abr. 2026	Dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro, limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

1.3 DECRETOS

Decreto nº 13.040, de 29 de junho de 2026 Publicado no DOU de 30 jun. 2026	Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência do Comitê contra a Tortura, de que trata o Artigo 22 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, firmada em Nova Iorque, em 10 de dezembro de 1984.
Decreto nº 13.034, de 23 de junho de 2026 Publicado no DOU de 24 jun. 2026	Institui o Banco Nacional de Celulares com Restrição e altera o Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, para incluí-lo no rol de dados e informações a constarem do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas.
Decreto nº 13.033, de 19 de junho de 2026 Publicado no DOU de 19 jun. 2026	Regulamenta o art. 21-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre os procedimentos operacionais de bloqueio de contas de operadores irregulares de loteria de apostas de quota fixa e a remessa de informações para apuração e declaração de perdimento de bens em favor da União.
Decreto nº 13.031, de 17 de junho de 2026 Publicado no DOU de 18 jun. 2026	Institui o Sistema Contratos.gov.br no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamenta a celebração e a gestão de contratos e de termos aditivos na forma eletrônica e altera o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Decreto nº 13.027, de 12 de junho de 2026 Publicado no DOU de 15 jun. 2026	Altera o Decreto nº 11.459, de 30 de março de 2023, que dispõe sobre adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras no exterior.
Decreto nº 13.026, de 12 de junho de 2026 Publicado no DOU de 12 jun. 2026	Altera o Decreto nº 12.157, de 29 de agosto de 2024, que institui o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social e o seu Comitê Gestor.
Decreto nº 13.018, de 11 de junho de 2026 Publicado no DOU de 12 jun. 2026	Regulamenta a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre o Comitê Estratégico do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e a Rede Nacional de Conhecimento sobre Pagamento por Serviços Ambientais.
Decreto nº 13.014, de 10 de junho de 2026 Publicado no DOU de 11 jun. 2026	Altera o Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, para dispor sobre o cadastramento de atividade de acesso ao patrimônio genético brasileiro ou ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade brasileira por meio de termo de associação para fins de cadastro, a ser firmado entre pessoa jurídica sediada no exterior e instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica quando não houver colaboração científica entre as instituições, e institui a Aliança das Instituições Públicas Nacionais de Pesquisa Científica e Tecnológica pela Biodiversidade.
Decreto nº 13.013, de 10 de junho de 2026 Publicado no DOU de 11 jun. 2026	Altera o Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.
Decreto nº 13.012, de 9 de junho de 2026 Publicado no DOU de 10 jun. 2026	Regulamenta a Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, para estabelecer as regras e os procedimentos relativos à autorização, ao controle e à fiscalização dos serviços de segurança privada e da segurança das instituições financeiras.
Decreto nº 12.995, de 8 de junho de 2026 Publicado no DOU de 9 jun. 2026	Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.363, de 30 de maio de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel de uso rodoviário no País, no valor de R\$ 1,12 (um real e doze centavos) por litro comercializado, e altera o Decreto nº 12.878, de 13 de março de 2026.
Decreto nº 12.994, de 1 de junho de 2026 Publicado no DOU de 2 jun. 2026	Regulamenta a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, que cria o Fundo de Garantia à Exportação, e a Lei nº 15.359, de 24 de março de 2026, e a Medida Provisória nº 1.345, de 24 de março de 2026, que alteram o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação, e altera o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação, o Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, e o Decreto nº 11.428, de 2 de março de 2023, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior.
Decreto nº 12.993, de 1 de junho de 2026 Publicado no DOU de 2 jun. 2026	Autoriza a concessão adicional de crédito de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária prejudicados pelos eventos climáticos extremos ocorridos em novembro de 2025, no Estado do Paraná.
Decreto nº 12.991, de 29 de maio de 2026 Publicado no DOU de 29 maio 2026	Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, e o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, para prorrogar a redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação e de biodiesel.

Decreto nº 12.987, de 25 de maio de 2026 Publicado no DOU de 26 maio 2026	Dispõe sobre a qualificação do empreendimento rodoviário BR-393/RJ no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, das rodovias federais que menciona.
Decreto nº 12.984, de 25 de maio de 2026 Publicado no DOU de 25 maio 2026	Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.358, de 13 de maio de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio.
Decreto nº 12.981, de 21 de maio de 2026 Publicado no DOU de 22 maio 2026	Institui a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares.
Decreto nº 12.976, de 20 de maio de 2026 Publicado no DOU de 21 maio 2026	Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.
Decreto nº 12.975, de 20 de maio de 2026 Publicado no DOU de 21 maio 2026	Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.
Decreto nº 12.974, de 14 de maio de 2026 Publicado no DOU de 14 maio 2026	Altera o Decreto nº 12.930, de 15 de abril de 2026, que regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo – GLP, de que trata a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo.
Decreto nº 12.970, de 12 de maio de 2026 Publicado no DOU de 13 maio 2026	Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
Decreto nº 12.966, de 12 de maio de 2026 Publicado no DOU de 13 maio 2026	Institui o Programa Brasil contra o Crime Organizado.
Decreto nº 12.964, de 8 de maio de 2026 Publicado no DOU de 8 maio 2026	Altera o Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos.
Decreto nº 12.956, de 5 de maio de 2026 Publicado no DOU de 5 maio 2026	Altera o Decreto nº 12.381, de 11 de fevereiro de 2025, para prorrogar os prazos e autorizar medidas adicionais de regularização de operações de crédito rural abrangidas pelo Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, e o Decreto nº 8.179, de 27 de dezembro de 2013, que concede remissão nos casos em que especifica, e autoriza a contratação de novas operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.
Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026 Publicado no DOU de 30 abr. 2026	Regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS e dá outras providências.
Decreto nº 12.954, de 29 de abril de 2026 Publicado no DOU de 30 abr. 2026	Altera o Decreto nº 11.037, de 7 de abril de 2022, que dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior, e autoriza a integralização de recursos no Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior.

Decreto nº 12.931, de 15 de abril de 2026 Publicado no DOU de 15 abr. 2026	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, para disciplinar a cooperação financeira entre a União, os Estados e o Distrito Federal com vistas a assegurar o abastecimento nacional de óleo diesel de uso rodoviário, no âmbito do Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis.
Decreto nº 12.930, de 15 de abril de 2026 Publicado no DOU de 15 abr. 2026	Regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo – GLP, de que trata a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo.
Decreto nº 12.929, de 14 de abril de 2026 Publicado no DOU de 15 abr. 2026	Altera o Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, para dispor sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026 Publicado no DOU de 14 abr. 2026	Altera o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
Decreto nº 12.922, de 7 de abril de 2026 Publicado no DOU de 7 abr. 2026	Altera o Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, para inibir a expansão do tabagismo no País, e o Decreto nº 12.226, de 18 de outubro de 2024, para dispor sobre critérios para qualificação de país ou dependência com tributação favorecida ou de regime fiscal privilegiado.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 23.310, de 25 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 25 jun. 2026	Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.
Lei nº 23.278, de 22 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 22 jun. 2026	Dispõe sobre a atenção, o apoio e a proteção dos direitos da pessoa com esquizofrenia no Estado do Paraná.
Lei nº 23.277, de 22 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 22 jun. 2026	Altera a Lei nº 20.081, de 18 de dezembro de 2019, que estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e nativas próximas a linhas e redes de distribuição de energia elétrica.
Lei nº 23.272, de 22 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 22 jun. 2026	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Fiscal de Controle e Procedência e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência, e dá outras providências.
Lei nº 23.270, de 15 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 15 jun. 2026	Dispõe sobre o incentivo à economia azul no Estado do Paraná.
Lei nº 23.259, de 12 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 12 jun. 2026	Transforma em preço público a remuneração dos serviços de exame de aptidão física e mental, de avaliação psicológica e de exame médico especial, para fins de habilitação, e dá outras providências.

Lei nº 23.256, de 9 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 9 jun. 2026	Acresce a Seção XXXIV ao Capítulo VII da Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual Paranaense.
Lei nº 23.246, de 9 de junho de 2026 Publicada no D.O.E. de 9 jun. 2026	Dispõe sobre o incentivo ao aproveitamento do gás metano derivado de resíduos sólidos para fins energéticos no Estado do Paraná.
Lei nº 23.237, de 28 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 28 maio 2026	Dispõe sobre a destinação de árvores compatíveis com a utilização na construção civil, retiradas em decorrência de obras de construção, ampliação ou duplicação de rodovias, para fins de recuperação de áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, com prioridade para a reconstrução da Cidade de Rio Bonito do Iguaçu.
Lei nº 23.231, de 28 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 28 maio 2026	Altera a Lei nº 14.895, de 9 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação para os estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática.
Lei nº 23.230, de 27 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 27 maio 2026	Dispõe sobre a regularização de débitos e medidas de fomento industrial para setores estratégicos atingidos por alterações no comércio exterior, e dá outras providências.
Lei nº 23.216, de 26 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 26 maio 2026	Dispõe sobre a regulamentação dos espaços Pet Friendly (amigos dos animais) em estabelecimentos comerciais, shoppings centers, hotéis, restaurantes, bares e similares no Estado do Paraná.
Lei nº 23.214, de 25 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 25 maio 2026	Dispõe sobre a aplicação da vacina BCG prioritariamente antes da alta hospitalar.
Lei nº 23.194, de 19 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 19 maio 2026	Altera a Lei nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011, que institui a Agência Paraná de Desenvolvimento, denominada Invest Paraná.
Lei nº 23.192, de 14 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 14 maio 2026	Cria a Unidade Gestora do Fundo Estratégico do Paraná, altera a Lei nº 22.889, de 9 de dezembro de 2025, e dá outras providências.
Lei nº 23.164, de 30 de abril de 2026 Publicada no D.O.E. de 4 maio 2026	Dispõe sobre a garantia da assistência jurídica integral e qualificada às vítimas de racismo e injúria racial no Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 23.130, de 8 de abril de 2026 Publicada no D.O.E. de 8 abr. 2026	Dispõe sobre o Reconhecimento e Fomento do Produtor Manual Criativo no Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei nº 23.102, de 6 de abril de 2026 Publicada no D.O.E. de 6 abr. 2026	Altera a Lei nº 20.777, de 16 de novembro de 2021, que institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná.

2.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 292, de 11 de maio de 2026 Publicada no D.O.E. de 11 maio 2026	Altera a Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, a Lei nº 18.748, de 13 de abril de 2016, que dispõe sobre a distribuição de verbas de sucumbência, de natureza privada e alimentar, entre integrantes da carreira de Procurador do Estado e da carreira especial de Advogado do Estado, em extinção, e dá outras providências.
---	---

2.3 DECRETOS

Decreto nº 14.180, de 25 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 25 jun. 2026	Altera o Decreto nº 5.835, de 20 de maio de 2024, que institui a Prova Paraná Mais como um dos instrumentos de avaliação de desempenho do estudante da rede pública estadual de ensino e como meio de acesso às vagas ofertadas pelas universidades estaduais do Paraná.
Decreto nº 14.095, de 22 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 22 jun. 2026	Altera o art. 2º do Decreto nº 7.116, de 28 de janeiro de 2013, que aprova o Regulamento Geral de Concursos Públicos para provimento de cargo e emprego público do Poder Executivo na Administração Direta e Autárquica.
Decreto nº 14.077, de 18 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 18 jun. 2026	Institui Grupo de Trabalho Intersecretarial para analisar, propor e elaborar medidas normativas voltadas à adequação da composição do corpo diretivo das entidades da Administração Indireta ao disposto no art. 30 da Constituição Estadual, atendendo à demanda da 5ª ICE do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Decreto nº 14.053, de 16 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 16 jun. 2026	Altera o art. 1º do Decreto nº 12.136, de 4 de dezembro de 2025, cria a Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, e altera dispositivos do Regulamento Anexo ao Decreto nº 2.709, de 10 de setembro de 2019.
Decreto nº 14.021, de 12 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 12 jun. 2026	Cria o Prêmio Paraná Unido pelas Mulheres destinado a reconhecer pessoas e iniciativas de destaque no enfrentamento às violências contra as mulheres.
Decreto nº 13.947, de 3 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 3 jun. 2026	Regulamenta a Lei Complementar nº 286, de 15 de setembro de 2025, que institui a Política Estadual de Aproveitamento Socioeconômico de Bens Públicos, incluindo a cessão onerosa do direito à denominação de bens públicos – naming rights, a cessão de uso de bens públicos para ações publicitárias e a adoção social de bens públicos, e adota outras providências.
Decreto nº 13.946, de 3 de junho de 2026 Publicado no D.O.E. de 3 jun. 2026	Altera o Decreto nº 1.343, de 11 de abril de 2023, que regulamenta a Lei nº 19.480, de 30 de abril de 2018, que institui o Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná.
Decreto nº 13.848, de 27 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 27 maio 2026	Altera o Decreto nº 6.044, de 5 de junho de 2024, que regulamenta o Bônus de Resultado de Aprendizagem, instituído pela Lei nº 21.847, de 14 de dezembro de 2023.
Decreto nº 13.803, de 25 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 25 maio 2026	Altera o Decreto nº 13.429, de 23 de abril de 2026, que regulamenta a Lei nº 22.764, de 4 de novembro de 2025, no tocante aos créditos não tributários originados do Instituto Água e Terra, para estabelecer novos prazos de adesão ao Programa Regulariza Paraná.
Decreto nº 13.791, de 25 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 25 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para atualizar os dispositivos referentes aos procedimentos de restituição do imposto e às obrigações acessórias relativas ao Ambiente de Contratação Livre de Energia Elétrica.
Decreto nº 13.728, de 19 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 19 maio 2026	Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Ambiente Regulatório Experimental da Segurança Pública – SANDBOX/SESP, de que trata a Lei nº 20.744, de 6 de outubro de 2021.
Decreto nº 13.652, de 14 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 14 maio 2026	Altera o Decreto nº 8249, de 17 de novembro de 2017, que dispõe sobre o cadastramento de entidades paranaenses, sem fins lucrativos, no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.

Decreto nº 13.521, de 4 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, a vigência de benefício fiscal relativo às aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado de biorrefinarias, nos termos autorizados pelo Convênio ICMS nº 21/2026.
Decreto nº 13.520, de 4 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, a vigência de benefícios fiscais vinculados à execução de políticas públicas essenciais, nos termos autorizados pelo Convênio ICMS nº 21/2026.
Decreto nº 13.519, de 4 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, a vigência de isenções do imposto vinculadas a políticas públicas de saúde, nos termos autorizados pelo Convênio ICMS nº 21/2026.
Decreto nº 13.518, de 4 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para prorrogar a vigência de benefícios fiscais relativos ao ICMS, nos termos autorizados pelos Convênios ICMS nº 135/2025 e nº 21/2026.
Decreto nº 13.517, de 4 de maio de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS nº 153, de 3 de outubro de 2025, que altera o Convênio ICMS nº 83, de 6 de outubro de 2006, o qual dispõe sobre procedimentos de controle das remessas de mercadorias para formação de lote de exportação em recintos alfandegados.
Decreto nº 13.467, de 27 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 27 abr. 2026	Altera o Decreto nº 9.951, de 15 de maio de 2025, que disciplina a transferência de créditos acumulados de ICMS da “Conta Investimento” do Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados – SISCREDA, a título de contrapartida à aquisição de cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios do Segmento do Agronegócio, e o Decreto nº 7.721, de 25 de outubro de 2024, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo.
Decreto nº 13.466, de 27 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 27 abr. 2026	Cria a Superintendência-Geral de Proteção Animal e adota outras providências.
Decreto nº 13.442, de 23 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 23 abr. 2026	Altera o Decreto nº 9.990, de 20 de maio de 2025, que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para a utilização de soluções de Inteligência Artificial no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná.
Decreto nº 13.441, de 23 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 23 abr. 2026	Altera o Decreto nº 9.220, de 28 de outubro de 2021, que regulamenta a Lei nº 20.740, de 5 de outubro de 2021, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Estado do Paraná.
Decreto nº 13.429, de 23 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 4 maio 2026	Regulamenta a Lei nº 22.764, de 4 de novembro de 2025, que institui o Programa Regulariza Paraná, no tocante aos créditos não tributários originados do Instituto Água e Terra, inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, os inscritos pelo Instituto Água e Terra, e os que permanecem em cobrança na esfera administrativa no Instituto Água e Terra, nas condições que especifica.
Decreto nº 13.407, de 22 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 22 abr. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017 para internalizar os Convênios ICMS 142 e 169/25, que atualizam disposições sobre a isenção do imposto nas operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde e de fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública.

Decreto nº 13.302, de 10 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 10 abr. 2026	Regulamenta o art. 133A da Constituição do Estado do Paraná, acrescido mediante Emenda Constitucional Estadual nº 58, de 10 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro Estadual de 80% (oitenta por cento) do superávit financeiro das autarquias e dos fundos estaduais do Poder Executivo apurado por fonte de recursos ao final de cada exercício financeiro.
Decreto nº 13.209, de 7 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 7 abr. 2026	Estabelece os critérios e as condições para a aquisição dos créditos acumulados habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados – SISCREDA, de empresas instaladas no território paranaense que realizem operações de exportação, desde que impactadas pelo aumento tarifário imposto pelos Estados Unidos da América.
Decreto nº 13.182, de 1 de abril de 2026 Publicado no D.O.E. de 1 abr. 2026	Fixa os novos valores dos grupos dos Pisos Salariais do Estado do Paraná, válidos a partir de 1º de janeiro de 2026, nos termos que especifica.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução nº 138, de 27 de maio de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 2 jun. 2026	Dispõe sobre as funções do Serviço Médico e as exigências para concessão de licenças e atestados médicos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, revoga a Resolução nº 39, de 29 de agosto de 2013, e dá outras providências.
Resolução nº 137, de 19 de maio de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 21 maio 2026	Dispõe sobre o direito à licença compensatória previsto no art. 76-B e § 2º do art. 109-A, da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018.
Resolução nº 136, de 4 de maio de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 8 maio 2026	Altera a Resolução nº 44, de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre a classificação da informação quanto à confidencialidade no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Resolução nº 135, de 10 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 15 abr. 2026	Altera a Resolução nº 70, de 13 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos entes credores municipais, a partir da emissão da Certidão de Débito, para cumprimento das decisões expedidas pelo Tribunal de Contas.
Resolução nº 134, de 10 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 15 abr. 2026	Dispõe sobre a instituição da Política de Governança de Inteligência Artificial – IA, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa nº 208, de 3 de junho de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 10 jun. 2026	Altera a Instrução Normativa nº 156, de 13 de novembro de 2020, que disciplina o encaminhamento de dados ao Mural de Licitações, e a Instrução Normativa nº 196, de 5 de novembro de 2025, que dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2026.
Instrução Normativa nº 207, de 29 de maio de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 2 jun. 2026	Dispõe sobre as normas de acessos físicos e lógicos a recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações, revoga Instrução Normativa nº 50, de 16 de dezembro de 2010, e a Instrução Normativa nº 88, de 28 de fevereiro de 2013, e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 206, de 23 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 30 abr. 2026	Dispõe sobre o Plano de Gestão e Resposta de Incidentes de Segurança da Informação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 205, de 14 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 17 abr. 2026	Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2025, nos termos dos arts. 211 a 214 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 204, de 1 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 8 abr. 2026	Altera a Instrução Normativa n.º 165, de 4 de novembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para o período de 2022 a 2027.
Instrução Normativa nº 203, de 1 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 8 abr. 2026	Dispõe sobre as normas da utilização de Dispositivos Pessoais no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações, e dá outras providências.

3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

Instrução de Serviço nº 196, de 1 de abril de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 7 abr. 2026	Dispõe sobre as diretrizes para o processo de identificação de ocupações críticas e a elaboração de planos de sucessão no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
--	---

3.4 PORTARIAS

Portaria nº 417, de 28 de maio de 2026 Publicada no D.E.T.C. de 29 maio 2026	Dispõe, no âmbito do Tribunal, sobre a adoção das regras referentes à Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que trata do Governo Digital, e ao Decreto do Estado do Paraná nº 5.512, de 16 de abril de 2024, que trata do Governo Digital do Estado do Paraná.
---	---